

## Movimentações no Congresso Nacional:

- **Teto salarial:** após forte pressão de categorias de servidores públicos, o projeto que regulamenta o limite remuneratório do serviço público (PL 3123/2015) teve o regime de urgência cancelado. Apesar de continuar figurando na pauta da Câmara dos Deputados, o projeto não possui perspectiva de votação.

- **Dívidas dos estados:** o projeto que alonga o prazo de pagamento das dívidas de estados e municípios com a União (PLP 257/2016) entrou em impasse em função das contrapartidas previstas no texto que restringem aumento de remuneração e contratação de servidores públicos. O projeto tramita em regime de urgência constitucional, mas também não será votado enquanto não houver acordo. Uma possibilidade cogitada para destravar a matéria é desmembrar a proposta, de forma a apreciar apenas a parte referente ao alongamento das dívidas, deixando a parte remanescente para outro momento.

- **Reajuste STF:** a Câmara aprovou regime de urgência ao PL 2646/2015, que eleva o subsídio mensal de ministro do Supremo Tribunal Federal para R\$ 39.293,38. Porém, a votação do projeto propriamente ainda não está definida.

- **Aposentadoria compulsória com proventos integrais:** relator na CCJ, deputado Esperidião Amin (PP-SC), apresentou parecer favorável à PEC 73/2015. Após análise na CCJ, a proposta segue para análise de mérito em comissão especial, antes de ir a plenário.

- **PL da AGU:** líderes partidários assinaram requerimento de urgência para o PL 4254/2015, que reajusta o salário dos membros da Advocacia-Geral da União, regulamenta os honorários de sucumbência e o exercício da advocacia privada. O requerimento foi incluído na pauta, mas não chegou a ser votado.

- **Outros reajustes:** os deputados também aprovaram urgência para os reajustes do Ministério Público da União e dos servidores do Judiciário federal.

- **Comissões permanentes:** a Câmara dos Deputados instalou as comissões permanentes e elegeu seus respectivos presidentes. As comissões são colegiados técnicos especializados que debatem e analisam proposições dentro de suas respectivas áreas temáticas. São muito importantes para o fluxo do processo legislativo, pois são responsáveis pela análise prévia das matérias antes de seguirem para a deliberação em plenário. Em muitos casos, as comissões possuem o poder de aprovar em definitivo projetos de lei, sem a necessidade de submetê-los ao plenário. Seguem os perfis dos presidentes das comissões mais importantes para as matérias de interesse dos advogados públicos:

*Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público – [Membros](#)*

*Presidente: **Dep. Wolney Queiroz (PDT-PE)***

### Perfil



*Empresário, está no quinto mandato. Filho do prefeito de Caruaru (PE), José Queiroz (PDT), sua base eleitoral. Possui negócios nos setores de logística, importação e exportação. Parlamentar discreto, sua atuação se concentra na defesa dos interesses regionais. Ao assumir o comando da comissão, destacou a tradição do seu partido com o trabalhismo e a defesa da causa dos*

trabalhadores e afirmou que pretende atuar como mediador dos temas trazidos pelos demais deputados do colegiado. A comissão é responsável pela análise de matérias sobre os servidores públicos e demais temas ligados ao mundo do trabalho.

Comissão de Seguridade Social e Família – [Membros](#)

Presidente: **Dep. Conceição Sampaio (PP-AM)**

#### Perfil



Radialista, está no primeiro mandato de deputada federal. Antes de chegar à Câmara, exerceu dois mandatos de vereadora em Manaus e deputada estadual do Amazonas. É a presidente Nacional da ala feminina do PP, denominada Mulher Progressista. A CSSF tem por competência a análise de matérias sobre Previdência, além de saúde e assistência social.

Comissão de Finanças e Tributação – [Membros](#)

Presidente: **Dep. Simone Morgado (PMDB-PA)**

#### Perfil



Auditora Fiscal, está no primeiro mandato. Foi vereadora e deputada estadual no Pará. É casada com o senador Jader Barbalho (PMDB-PA). Possui afinidade com a área temática da comissão, pois além de ser servidora da Secretaria de Fazenda do Pará também presidiu comissão correlata na Assembleia Legislativa paraense. A comissão de Finanças é responsável pela análise de adequação financeira e orçamentária das propostas legislativas.

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – [Membros](#)

Presidente: **Dep. Osmar Serraglio (PMDB-PR)**

#### Perfil



Advogado e professor universitário, está em seu quinto mandato consecutivo. Antes de chegar à Câmara, atuou como assessor jurídico de várias prefeituras do interior paranaense e foi vice-prefeito de Umuarama. Se destacou como relator da CPMI dos Correios, que investigou o esquema do mensalão em 2005. Em sua posse como presidente da comissão, afirmou que conversará com os membros do colegiado sobre quais serão as prioridades a votar. A Comissão analisa os aspectos jurídicos de todas as proposições que tramitam na Câmara.